



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

XII Conferência Internacional de Lisboa

DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO NO ESPAÇO DE LÍNGUA PORTUGUESA:

1974 -1994

Lisboa, 12 - 14 Dezembro 1994

Intervenção no grupo de trabalho

**OS DIFERENTES CONTEXTOS INTERNACIONAIS DAS TRANSIÇÕES
DEMOCRÁTICAS**

Severino Cabral Filho

Conselho Brasileiro de Relações Internacionais

“O Fermento da Mudança e o Povoado que Chega”

Severino Bezerra Cabral Filho

“A construção da Europa, como todas as revoluções pacíficas, necessita tempo: tempo para convencer, tempo para adaptar o pensamento das pessoas e tempo para o ajuste para as grandes transformações.” Jean Monnet

Ao iniciar o estudo do processo de transição democrática em curso no sistema internacional o cientista político norte-americano Samuel P. Huntington situa como marco zero dessa macrotendência, que dominou de “the third wave”, a queda do fascismo português, ao som dos acordes da canção “Grandola Vila Morena”, desencadeando a grande vaga que atingiria logo os regimes autoritários da Espanha e da Grécia e cujos desdobramentos acabaram por atingir a Europa do Leste e a ex-URSS.

O ano de 74 deve ser assinalado talvez como o ponto sem retorno, a partir do qual o sistema internacional começou a democratizar-se nos planos infra, intra e interestatais, com o aparecimento de novas nações africanas de língua portuguesa culminando o processo de descolonização, e o início do diálogo Leste-Oeste, pouco a pouco, contribuindo para a universalização dos princípios democráticos que servem de fundamento à unidade europeia.

Neste sentido podemos compreender todo o alcance pretendido pelos organizadores da XXII Conferência Internacional de Lisboa ao inaugurar com o tema Democracia e Integração no espaço de língua portuguesa: 1974-1994 o primeiro Congresso de Relações internacionais do Espaço de Língua Portuguesa.

Trata-se de reunir a comunidade de pesquisadores luso-afro-brasileiros orientada para o estudo da conjuntura internacional visando consolidar uma visão ampla, aberta e integrada dos problemas solidários do desenvolvimento pacífico de todos os países que compõem o espaço de língua portuguesa, bem assim dos recursos capazes de contribuir para o avanço da democracia como factor institucional básico – a presidir universalmente as relações internacionais.

Retomando as palavras de um dos países fundadores da união europeia, Jean Monnet, e aplicando-as à nossa conjuntura, faz-se necessário tempo para construir uma comunidade de países ligados pelo idioma e a cultura, porém separados e distribuídos por todos os continentes. Tempo para desenvolver economias que se

encontram em níveis diversos de maturação ou para consolidar instituições políticas democráticas em meio a graves crises. Outro tanto para adaptá-los a uma época de mudanças e rupturas.

Época de transição política-institucional e de inovação científica-tecnológica que apresenta um ritmo simplesmente inigualável comparado com qualquer outra anterior, o mundo do pós guerra fria apresentar-se-á rico de possibilidades e de recursos desafiando a imaginação de cientistas e filósofos.

Desde muito tempo os analistas do sistema internacional perscrutavam a tendência a romper-se o esquema da bipolaridade, o que se configurou com o fim da disputa entre os EUA e a URSS. A partir daí começou a desenvolver-se uma complexa configuração multipolar que se anuncia em alguns pontos adensada por sérios impasses resultantes da irrupção de agudos conflitos regionais que se mantinham até há pouco mascarados pela disputa Leste-Oeste.

Vivemos, portanto, uma era de transformações que em grande parte é responsável pela exaustão do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Uma época marcada pela extraordinária mutação em que se reinventa a ideia da integração e da cooperação transnacional.

Neste sentido evocar o conceito de integração é inserir-se no amplo debate actual e futuro em direcção ao Século XXI. Num contexto em que a globalização completa o processo de unificação do mercado mundial iniciado pela era das navegações, o desafio político de reunir soberanias e fazê-las compartilharem espaços económicos comuns responde a profundas transformações da conjuntura internacional, marcada pelo desenvolvimento de megamercados mundiais.

É pois num cenário dominado por esta macrotendência que a terceira revolução técnico industrial interpela a quase totalidade dos estados em seu desenvolvimento económico, político, científico e tecnológico. Não por acaso a “Declaração de Guadalajara” que exprimiu o pensamento dos chefes de Estado e chefes de Governo ibero-americanos, reunidos pela primeira vez em 1991, manifestou decidido apoio aos processos de integração tanto a nível regional como sub-regional.

O avanço conseguido pelos signatários do Tratado de Assunção em aprofundar os seus laços no processo de construção do mercado comum do sul é muito significativo do carácter incontornável do facto da integração do espaço sul-americano. O ajuste conseguido pelos Estados-Partes na cúpula de Buenos Aires sinaliza a recta final da etapa primeira do projecto que consiste em estabelecer em 1995 uma união aduaneira entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Esse acontecimento deverá confirmar a previsão do ex-Chanceler Celso Lafer de que o MERCOSUL constituir-se-á, *primo*, “uma plataforma de inserção competitiva numa economia mundial que simultaneamente se globaliza e se regionaliza em blocos”; *secundo*, “um marco de referência democrática dos países que o integram para o estar no mundo das polaridades indefinidas do pós-guerra fria”.

Neste ponto convergem as expectativas para esse nicho de oportunidades que se abre a partir do encontro de visões entre interpretes latino-americanos e europeus sobre a natureza do sistema internacional pós-guerra fria.

Como se pode extrair da intervenção de Álvaro de Vasconcelos do Instituto de Estudos Estratégicos de Lisboa, no seminário MERCOSUL: DESAFIOS A VENCER promovido pelo CBRI, “trata-se de criar um sistema aberto, não excludente e cooperativo entre si, fazendo da integração a base de um novo multilateralismo”.

Não é outro o papel que ao MERCOSUL reserva o Embaixador Felix Peña quando o define como um instrumento para facilitar a consolidação da democracia, a transformação produtiva e a inserção competitiva na economia internacional. Ao que Hélio Jaguaribe acrescentará que se trata também de uma condição necessária para o incremento da capacidade de acesso “aos níveis superiores do saber teórico e aplicado e de participação nas inovações do nosso tempo”.

O desafio da integração democrática inscreve em nosso horizonte político internacional o imperativo de retomar o sulco aberto pela visão do estadista Mário Soares que, num contexto já ultrapassado (Seminário “A Europa e o Brasil no limiar do ano 2000”, Lisboa, nov. 1988), lembrava com agudeza a necessidade de pensar África e América Latina como duas áreas de cooperação ideais que no umbral de um milénio a Europa deve incluir prioritariamente no seu campo de acção.

Desde o ângulo de visão brasileiro, coincidente ainda no contexto de 1988, o prof. Fernando Mourão avançava a tese de que, se o sistema internacional teria condições de transformar-se, apesar do seu congelamento bipolar, dever-se-ia a actos de vontade concebidos a partir de aproximações mútuas de identidades próximas.

Uma e outra concepção caberia aplicar ao panorama que se descortina no mundo do pós-guerra fria. Com elas e mais o “fermento da mudança” que invocava Jean Monnet, um dos pais fundadores da unidade europeia, só restaria para captar mais profundamente nos signos do presente as formas do devir a visão poética especial do “automobilista infundioso” João Cabral de Melo Neto, que, de carro na Mancha, como “na água aberta do oceano” observa interessado que “a haste no horizonte é o mastro de um barco longe e é a agulha de uma igreja de um povoado que chega”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DECLARAÇÃO DE GUADALAJARA (EXTRACTOS DEL DOCUMENTO FINAL).
Contribuciones. Año VII, n. 3, 1991.

GOLDSTEIN, Walter. Europe after Maastricht. Foreign Affairs, Winter 1992/1993

HUNTINGTON, Samuel P. The third wave. Norman and London. University Oklahoma Press, 1991.

JAGUARIBE, Hélio. Significação de MERCOSUL. MERCOSUL: sinopse estatística/MERCOSUR: sinopsis estadística. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

LAFER, Celso. Sentido estratégico do MERCOSUL. Mercosul: desafios a vencer. São Paulo. Conselho Brasileiro de Relações Internacionais - CBRI, 1994.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A política externa brasileira e a Europa/África: que convergências. Política e Estratégia. Vol. VI. n.º4, 1988.

NETO, João Cabral de Melo. Poesias completas. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1979.

PEÑA, Félix. El sentido estratégico del MERCOSUR. MERCOSUL: sinopse estatística/MERCOSUR: sinopsis estadística. Rio de Janeiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

SOARES, Mário. A Europa e o Brasil no limiar do ano 2000. Política e Estratégia, Vol. VI, n.º4, 1988.

VASCONCELOS, Álvaro de. Parceiros naturais. Europa - América Latina. MERCOSUL: desafios a vencer. São Paulo, Conselho Brasileiro de Relações Internacionais - CBRI, 1994.